



DOMÍNIOS EM PERSPECTIVA: ARQUIVOLOGIA CRÍTICA COMO TENDÊNCIA EMERGENTE


Domains in perspective: Critical Archival Studies as an emerging trend

Anderson Berbesi

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, RJ, Brasil
aberbesi@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0002-7695-5247> 

Natália Tognoli

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, RJ, Brasil
nataliatognoli@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0002-0609-498X> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Refletir sobre as limitações do conceito clássico de domínio para abarcar comunidades emergentes, como a Arquivologia Crítica, e propor uma revisão da Análise de Domínio (AD) para incluir domínios em formação.

Método: Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, baseando-se em uma revisão teórica da literatura. Foram priorizados trabalhos relevantes para a Arquivologia Crítica e a AD, com foco na Ciência da Informação e Organização do Conhecimento. A revisão incluiu autores pioneiros e trabalhos regionais, analisados em três seções: 1) características da Arquivologia Crítica, 2) conceitos da AD e domínios, e 3) aplicação da AD à Arquivologia Crítica.

Resultado: A análise evidenciou que a Arquivologia Crítica não se enquadra nos conceitos clássicos de domínio devido à heterogeneidade conceitual, ausência de estruturas organizativas e falta de consensos teóricos. Identificou-se que a noção de “domínio emergente” oferece maior flexibilidade ao caracterizar comunidades em formação a partir de três elementos: heterogeneidade conceitual, falta de estruturas consolidadas e potencial de desenvolvimento.

Conclusões: Conclui-se que a noção de domínio emergente amplia a capacidade da AD de analisar comunidades em formação, permitindo reconhecer tanto sua diversidade quanto seu potencial de consolidação. A AD, nesse sentido, deve assumir papel ativo na caracterização e fortalecimento de domínios emergentes. O estudo contribui para o aprofundamento teórico-metodológico da AD e abre caminho para futuras investigações em comunidades emergentes da Ciência da Informação.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Domínio. Arquivologia Crítica. Domínio emergente. Organização do Conhecimento.

ABSTRACT

Objective: To reflect on the limitations of the classical concept of domain in encompassing emerging communities, such as Critical Archival Studies, and to propose a revision of Domain Analysis (DA) to include domains in formation.

Methods: This is an exploratory and descriptive study, based on a theoretical review of the literature. Relevant works on Critical Archival Studies and DA were prioritized, with a focus on Information Science and Knowledge Organization. The review included pioneering authors and regional contributions, analyzed in three sections: 1) characteristics of Critical Archival Studies, 2) concepts of DA and domains, and (3) the application of DA to Critical Archival Studies.

Results: The analysis showed that Critical Archival Studies do not fit into the classical concepts of domain due to conceptual heterogeneity, absence of organizational structures, and lack of theoretical consensus. It was identified that the notion of “emerging domain,” offers greater flexibility by characterizing communities in formation through three elements: conceptual heterogeneity, lack of consolidated structures, and development potential.

Conclusions: It is concluded that the notion of emerging domain expands DA’s ability to analyze communities in formation, allowing the recognition of both their diversity and their potential for consolidation. DA, in this sense, should assume an active role in the characterization and strengthening of emerging domains. This study contributes to the theoretical and methodological advancement of DA and paves the way for future research on emerging communities in Information Science.

KEYWORDS: Domain Analysis. Critical Archival Studies. Emerging domain. Knowledge Organization.

1 INTRODUÇÃO

Desde a publicação do texto seminal *Toward a New Horizon in Information Science* de Hjørland e Albrechtsen em 1995, a Análise de Domínio (AD) consolidou-se como uma das propostas teórico-metodológicas mais importantes e disruptivas no campo da Ciência da Informação (CI) e da Organização do Conhecimento (OC). A ideia principal dos autores é sintetizada na seguinte afirmação: a melhor forma de compreender a informação no campo é “estudar os domínios do conhecimento como comunidades de pensamento ou discurso, que são partes da divisão social do trabalho” (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400, tradução nossa).

Essa ideia marca um ponto crucial na área ao estabelecer um marco teórico e metodológico caracterizado por um deslocamento em direção à compreensão contextual da informação, adotando uma visão sociológica que transcende o enfoque cognitivista tradicionalmente centrado no indivíduo (Guimarães, 2014). Nessa perspectiva, a construção e atribuição de valor à informação são processos contingentes às comunidades estudadas.

A partir dessa ótica, emerge a noção de domínio, ou seja, uma comunidade discursiva ou de pensamento teoricamente coerente ou socialmente institucionalizada, cujos membros compartilham uma linguagem comum, uma estrutura organizacional, padrões de cooperação no trabalho, critérios de relevância e formas de comunicação que refletem seus objetos de estudo (Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022; Hjørland, 2024).

Com o tempo, surgiram diferentes propostas que derivam ou se afastam, de algum modo, da concepção original, das quais destacamos duas: a primeira, proposta por Jens-Erik Mai, define o domínio como “uma área de especialidade, um conjunto literário ou um grupo de pessoas trabalhando juntas numa organização” (Mai, 2005 *apud* Guimarães, 2024, p. 649), enfatizando as atividades, a cooperação e os objetivos comuns que unem essas pessoas, ou seja, o valor da colaboração adotada por um grupo de indivíduos em torno de um objetivo específico.

A segunda, apresentada por Smiraglia (2012, p. 114, tradução nossa), define um domínio como: “um grupo com uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses comuns, um consenso epistemológico sobre abordagens metodológicas e uma semântica social”. Essa concepção, amplamente adotada no contexto brasileiro da CI e da OC (Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022; Grácio, 2020; Guimarães,

2014, 2024; Guimarães; Tognoli, 2015), concebe os domínios como construções sociais com uma teleologia interna fundamentada em quatro pilares essenciais: o ontológico, o epistemológico, o metodológico e o semântico.

A proposta de Smiraglia (2012, p. 114, tradução nossa) é, talvez, a mais delimitada em relação às suas fronteiras, pois o autor afirma que, se após uma análise sistemática desses quatro elementos não for encontrado um consenso, então “nem a intenção nem a extensão podem ser definidas, e o grupo, portanto, não constitui um domínio”.

Se os domínios são construções coerentes com padrões definidos, seu estudo deveria limitar-se a comunidades com uma estrutura bem estabelecida. No entanto, o que acontece quando a comunidade ainda está em construção e seus limites permanecem difusos? Esse é o caso da Arquivologia Crítica, uma corrente teórico-prática de emergência recente no campo arquivístico.

O termo Arquivologia Crítica (tradução adaptada ao contexto brasileiro da expressão em inglês *Critical Archival Studies*) popularizou-se em 2017, quando Caswell, Punzalan e Sangwand publicaram um número especial homônimo na *Journal of Critical Library and Information Studies* (JCLIS). No trabalho, os autores propõem um novo campo acadêmico e profissional, que busca “uma postura crítica em relação ao papel dos arquivos na produção de conhecimento e nos diferentes tipos de narrativas, bem como na construção da identidade” (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017, p. 2, tradução nossa).

Essa perspectiva se distingue por um conjunto de características bem definidas por Alencar, Tognoli e Cervantes (2024) e Tognoli (2024), entre as quais se destacam: a escassez e recente aparição da produção acadêmica; a ausência de um contexto de formação tanto em nível internacional quanto regional; um claro predomínio anglófono na literatura; uma marcada amplitude e heterogeneidade epistemológica e metodológica; e a falta de instituições dedicadas ao seu desenvolvimento, entre outros aspectos.

Tais características suscitam duas perguntas: será que a Arquivologia Crítica pode ser objeto da AD? A ideia clássica de domínio permitiria abranger essa comunidade e tendência emergente sob sua ótica? A primeira pergunta já foi respondida pelos trabalhos de Alencar, Tognoli e Cervantes (2023) e Tognoli (2024), que atribuem um valor crucial à AD para compreender e analisar as estruturas da Arquivologia Crítica.

Já a segunda ainda não teve uma resposta clara, deixando uma lacuna investigativa tanto para a tendência quanto para a própria AD. Assim, este trabalho pretende refletir sobre as limitações e possibilidades do conceito clássico de domínio para abarcar comunidades emergentes, tomando como estudo de caso a Arquivologia Crítica.

O presente trabalho caracteriza-se como exploratório e descritivo, utilizando a revisão de literatura como método primário. A busca e leitura priorizaram trabalhos de ampla relevância teórica tanto para as comunidades da Arquivologia Crítica quanto para a AD, com especial enfoque nos campos da CI e da OC. Foram considerados tanto estudos regionais quanto trabalhos de autores pioneiros em ambas as temáticas. Após a análise das obras selecionadas, as principais ideias foram organizadas em três momentos distintos. Inicialmente, discutem-se as características, influências e impactos da Arquivologia Crítica, destacando suas principais contribuições para a área. Em seguida, são abordadas as concepções centrais relacionadas à AD, considerando os domínios como objeto de estudo fundamental para esta pesquisa. Por fim, são discutidas as possibilidades de aplicação das ideias clássicas de domínio em diálogo com as proposições da Arquivologia Crítica, buscando identificar pontos de convergência e potenciais contribuições para o avanço teórico e metodológico na área.

2 ARQUIVOLOGIA CRÍTICA: CARACTERIZANDO UMA TENDÊNCIA EMERGENTE

Podemos compreender tendências como os movimentos ou direções assumidas por uma determinada área em um dado período de tempo. No caso das pesquisas, uma tendência pode indicar assuntos, métodos ou enfoques teóricos que passam a receber maior atenção da comunidade acadêmica em determinado momento. Quando tal movimento ainda se encontra em fase inicial de consolidação, pode ser caracterizado como uma tendência emergente.

A Arquivologia Crítica, também conhecida em português como Estudos Arquivísticos Críticos (Tognoli, 2024), representa uma nova abordagem teórico-prática estabelecida no campo arquivístico em 2017. A emergência dessa tendência, como já mencionado, é marcada pelo número especial da JCLIS, introduzido por Caswell, Punzalan e Sangwand (2017).

No entanto, os estudos arquivísticos críticos introduzem um valor agregado ao serem a primeira iniciativa em que uma variedade de perspectivas arquivísticas, unificadas sob um único termo, busca questionar e promover a transformação das práticas arquivísticas dentro da ordem preexistente (Hoyle, 2023). Como destaca Botnick (2019), esse passo foi crucial para identificar uma linhagem de estudos passados e futuros que interrogam,

repensam e reestruturam conceitos arquivísticos de maneira crítica. O ato de nomeação representou um reconhecimento formal da produção acadêmica que já interrogava os conceitos arquivísticos dominantes antes de 2017 e, ao mesmo tempo, “um chamado à ação para que arquivistas dessem continuidade a esse trabalho” (Botnick, 2019, p. 153, tradução nossa).

Em particular, a publicação da edição especial da JCLIS, como argumentam Gustavson e Nunes (2023), estabeleceu um referencial para analisar o poder institucional, a supremacia branca dentro dos arquivos tradicionais e estratégias para promover práticas emancipadoras na gestão arquivística. Essa edição:

reforçou nossa compreensão sobre as discussões críticas acerca de quais materiais os arquivos coletam, onde as opressões históricas são mantidas e onde podem ser desmanteladas dentro das instituições arquivísticas, além de novas práticas para recriar e reinventar os arquivos do futuro. (Gustavson; Nunes, 2023, p. 7, tradução nossa).

Essa tendência apresenta um propósito claramente analítico e emancipatório, capaz de transformar tanto o campo arquivístico quanto a sociedade em geral por meio de uma práxis libertadora que se opõe à opressão (Caswell, 2021). Como explica Botnick (2019):

CAS [*Critical Archival Studies*] é um chamado à ação para examinar o poder na criação, manutenção e disseminação dos documentos. Ao desconstruir aquilo que é tomado como garantido nesse campo, os arquivistas podem construir uma nova prática arquivística que seja libertadora, e não opressiva (Botnick, 2019, p. 153, tradução nossa).

Seguindo essa perspectiva, arquivistas críticos devem defender uma práxis que busque alterar as dinâmicas narrativas e das comunidades historicamente marginalizadas, concentrando seus esforços na transformação do arquivo de um espaço de poder e controle para um de integração, cooptação ou adaptação (Hoyle, 2023; Cifor, 2023).

Essa abordagem reflete duas grandes influências, tanto históricas, próprias do campo arquivístico, quanto de uma proposta teórica e epistemológica.

As influências históricas podem ser rastreadas em três momentos centrais, chamados por Tognoli (2024) de ondas de poder, ou seja, momentos marcantes na Arquivologia, que são:

- a) o discurso pioneiro de Zinn (1977), moldado pelos movimentos radicais de história social das décadas de 1960 e 1970, o qual questionou o papel de salvaguarda e neutralidade imperante dos arquivistas à frente do *status quo* gerado pelos arquivos em defesa das instituições hegemônicas;

- b) as ideias pós-modernas de Terry Cook (Cook, 2001; Cook; Schwartz, 2002), desenvolvidas no final do século XX e início do século XXI, que expandiram os conceitos e práticas arquivísticas em relação às dinâmicas de poder e controle geradas e perpetuadas pelos arquivos e arquivistas;
- c) os movimentos institucionais e intelectuais sobre os arquivos comunitários, tendo como base o artigo publicado por Flinn, Stevens e Shepherd (2009), o qual apresentaria e demonstraria o papel das comunidades como produtoras de documentos, representando sua memória e história, redefinindo o papel dos sujeitos e grupos na construção de identidades e história (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017; Caswell, 2021; Gustavson; Nunes, 2023).

No âmbito epistemológico, essa abordagem reflete explicitamente a influência dos ideais da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, especialmente o trabalho de Max Horkheimer, que inspira as três principais abordagens do campo: teórica, prática e normativa. No entanto, como observam Caswell, Punzalan e Sangwand (2017), esse modelo incorpora diversas metodologias e referenciais teóricos, incluindo teoria crítica da raça, pós-modernismo e teoria queer, entre outras. Embora essas abordagens extrapolem o modelo neomarxista da Escola de Frankfurt, elas conectam os estudos arquivísticos críticos a correntes epistemológicas mais amplas, referidas como pós-críticas, teorias críticas ou teorias críticas sociais.

Além disso, desde sua formulação, a Arquivologia crítica tem integrado diversas propostas advindas de diferentes campos do conhecimento. Para além de enriquecer o domínio arquivístico, essa abordagem tornou-se uma lente analítica para outras disciplinas que dependem dos arquivos como ferramentas de análise ou objetos de estudo, particularmente no exame da construção da memória, da cultura e da história (Botnick, 2019; Salerno, 2024). Essas disciplinas enxergam nessa tendência não apenas ideias e objetivos, mas também metodologias e instrumentos para analisar suas próprias realidades. Isso demonstra o impacto dessa tendência tanto no campo arquivístico quanto no âmbito mais amplo das ciências sociais.

Os esforços para caracterizar a Arquivologia Crítica como tendência estão em ascensão. Esses ânimos não se baseiam apenas em disciplinas externas, mas também surgem do próprio campo, como é o caso do trabalho de Tognoli (2024) que, ao analisar os Estudos Arquivísticos Críticos enquanto um domínio emergente, propõe cinco graus de especialização que podem ser aplicados como eixos temáticos amplos dentro do campo:

- a) dinâmicas de poder;
- b) preconceitos, vieses e exclusão;
- c) decolonialidade/pós-colonialidade;
- d) justiça social e ativismo;
- e) ética profissional.

Apesar desses avanços, a ampla gama de influências e referências – não apenas teóricas, mas também epistemológicas, sociais e políticas – define esse novo objeto de estudo como uma amálgama de perspectivas. No entanto, essa diversidade apresenta um desafio significativo que o campo ainda não superou: a falta de homogeneidade nos discursos, propostas e teorias que podem ser categorizadas como críticas.

Esse problema é melhor compreendido se considerarmos que o campo arquivístico crítico é uma comunidade recentemente estabelecida que carece de instituições dedicadas ao ensino, à pesquisa e à promoção dessas iniciativas. Além disso, a maioria dos pesquisadores que se identificam como pensadores arquivísticos críticos às vezes não compartilham conceitos, ideias, referenciais teórico-epistemológicos ou mesmo referências comuns. Em muitos casos, esses esforços favorecem uma abordagem marcadamente anglófona, e as perspectivas entre os diferentes acadêmicos costumam ser bastante díspares, o que torna o diálogo e a interação entre os grupos particularmente desafiadores, apesar de certos pontos de conexão existentes.

Também é importante considerar que a amplitude conceitual e teórica desse campo gera desafios epistemológicos que a comunidade ainda não abordou. Por exemplo: O que pode ser considerado crítico na Arquivologia? Trata-se de tudo o que analisa a realidade, ou essa perspectiva é excessivamente ampla? Outras correntes ou abordagens teórico-paradigmáticas, como os estudos pós-modernos ou os arquivos comunitários, poderiam ser vistas como subordinadas a essa tendência quando enquadradas como um termo guarda-chuva, ou possuem um valor equivalente, ou até mesmo superior, como influências diretas? Pode-se assumir que os autores compartilham premissas e compreensões comuns ao realizar seus estudos e atividades? Existe uma inclinação particular para um tema, ideia ou autor que orienta o discurso? Essas são apenas algumas das muitas questões que permanecem sem resposta.

Esses desafios ressaltam a importância de tratar os Estudos Arquivísticos Críticos não apenas como uma tendência, mas como um objeto de estudo em si. Compreender

suas fronteiras em evolução, suas estruturas epistemológicas e sua produção de conhecimento exige um marco sistemático.

3 ANÁLISE DE DOMÍNIO: UM BREVE ESBOÇO

A AD, como já mencionado, foi concebida no princípio como uma alternativa paradigmática para superar as abordagens fiscalistas e cognitivistas dominantes da disciplina, que privilegiavam análises individualistas e internalistas, ignorando as dimensões sociais e culturais da informação, introduzindo uma visão contextual na qual os usuários são considerados produtores de informação imersos em diferentes comunidades com processos culturais, históricos e sociais compartilhados, além de linguagens e práticas comunicativas comuns entre os membros dessas comunidades (Grácio, 2020).

Sob a abordagem sociocognitiva (Hjørland, 2004), a AD adquire um valor agregado tanto como programa de pesquisa quanto como metodologia na CI e na OC, caracterizando-se por dois aspectos principais: a análise das estruturas dos domínios de conhecimento e a identificação dos valores e crenças coletivas que moldam seu desenvolvimento e evolução.

Com relação ao primeiro, Evangelista, Grácio e Guimarães (2022, p. 7, tradução nossa) argumentam que a AD é essencial para conhecer, de maneira precisa, a composição e os limites de um domínio, entendendo que permite caracterizar as estruturas de trabalho, as ontologias e os padrões de comunicação, ou seja, analisar “as circunstâncias em que ocorrem suas atividades e as restrições impostas pelos paradigmas e frentes de pesquisa contemporâneos”.

Essas expressões permitem acessar informações subjacentes que ajudam a revelar a estrutura e os significados desses domínios, fornecendo ferramentas para “revelar os contornos desses componentes conceituais aninhados e inter-relacionados dos domínios produtores de conhecimento” (Smiraglia, 2015, p. 7, tradução nossa).

O segundo aspecto foca na identificação das categorias fundamentais do domínio, ou seja, as perspectivas, metas, valores e interesses que constituem o campo por meio do estudo de suas teorias, paradigmas e tradições (Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022; Hjørland, 2024). Isso implica reconhecer o que é importante ou significativo em um campo dado, facilitando a análise de tendências, padrões, processos, agentes e suas relações.

A partir do exposto, fica claro que a AD configura-se como uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para compreender as estruturas e dinâmicas dos domínios do conhecimento, tanto em sua dimensão social quanto intelectual. No entanto, essa compreensão não está isenta de desafios, especialmente quando se trata de definir o que constitui um domínio e quais são suas características intrínsecas.

Como visto, as definições de domínio variam de acordo com as abordagens teóricas, o que introduz um certo grau de ambiguidade em sua conceituação (Smiraglia, 2012). Essa ambiguidade torna-se ainda mais relevante ao abordar comunidades emergentes, como a Arquivologia Crítica, cujos limites e estruturas ainda estão em processo de consolidação. Por isso, antes de analisar se a Arquivologia Crítica pode ser considerada um domínio, é necessário aprofundar-se nas características que definem os domínios, tomando como base as perspectivas dos principais autores da área.

Para iniciar essa discussão, serão utilizadas as ideias de Smiraglia (2015) que define todo domínio como uma interação entre uma ontologia coerente, uma epistemologia única que estabelece seus limites intelectuais e um discurso eficaz. No entanto, essa relação entre elementos depende das considerações pragmáticas de seus membros, que incluem discursos, pressupostos teóricos e acordos intersubjetivos (Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022) e só se manifestam dentro de uma “unidade socialmente estruturada” (Guimarães; Tognoli, 2015, p. 563, tradução nossa).

Segundo Smiraglia (2012) todo domínio é uma construção social, o que implica que sua expressão é moldada pelas considerações pragmáticas de seus membros. Esse processo inclui a geração de consensos em torno de discursos, temas teóricos e acordos intersubjetivos que delimitam o conhecimento no campo. Além disso, incorpora “formas de legitimação em expressões e modelos formais” (Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022, p. 6, tradução nossa), estabelecendo assim limites intelectuais que diferenciam um domínio de outros.

Essa descrição reflete a natureza dual dos domínios, apontada por Hjørland (2024), que os concebe simultaneamente como organizações sociais e intelectuais, nesse sentido, de acordo com Smiraglia (2015), pode-se afirmar que todo domínio deve ser considerado um grupo com entendimento comum sobre sua base de conhecimento, marcada por uma teleologia subjacente e por uma meta compartilhada que justifica a existência do grupo.

A base de conhecimento de um domínio, entendida como sua ontologia, é o produto das atividades e do trabalho coletivo de seus integrantes, identificável por meio da análise do vocabulário comum, seja em sua fala cotidiana ou em seus escritos, a qual deriva das

interações entre as prioridades ontológicas, epistemológicas e sociológicas do grupo (Smiraglia, 2015).

Por outro lado, Smiraglia (2012) aponta que a correlação entre discursos, questões teóricas e acordos intersubjetivos dentro de um domínio deve ser estreita e apresentar alto grau de conformidade, pois quanto mais dispersa for sua base teórica, menos provável que estejamos diante de um verdadeiro domínio. Para que um grupo seja considerado um domínio, é necessário haver um acordo mínimo entre seus membros sobre um conjunto de pressupostos e marcos compartilhados.

Em relação a esse nível de estabilidade, Evangelista, Grácio e Guimarães (2022) destacam que toda análise de um domínio deve partir de um certo nível de estabilidade em suas estruturas, já que, embora o conhecimento de um domínio seja dado no momento da análise, ele também é construído por meio dos interesses hermenêuticos e investigativos da comunidade que o integra, a qual é simultaneamente objeto de estudo e produtora de conhecimento. Como afirmam os autores: “Esses fatores também determinam o caráter contínuo da ciência: mesmo que um dos dois elementos, a instituição ou o conteúdo, mude durante os estudos, o outro aspecto permanece estável” (Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022, p. 5, tradução nossa).

Esse posicionamento introduz uma característica essencial dos domínios: sua constante evolução. Diversos autores concordam que os domínios são entidades dinâmicas, sujeitas a mudanças e transformações contínuas (Albrechtsen, 2015; Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022; Guimarães, 2024; Hjørland, 2024; Smiraglia, 2012; Tennis, 2012).

Segundo Hjørland (2024), os domínios não são entidades inequívocas nem estáticas; ao contrário, caracterizam-se pela processualidade, fragmentação e indeterminação; são dinâmicos porque desempenham um papel simbiótico na evolução tanto dos espaços de conhecimento quanto do mundo real (Smiraglia, 2012). Os domínios não são uma retenção fotográfica, ou seja, nunca “estão congelados no tempo e no espaço, mas estão sempre mudando, mesmo que isso não seja perceptível para os produtores, para os usuários ou para os mediadores da informação na prática acadêmica cotidiana” (Hjørland, 2024, tradução nossa).

À vista do exposto, pode-se compreender que os domínios, ao menos sob a perspectiva de Smiraglia (2012, 2015), são construções sociais com uma teleologia interna fundamentada em quatro pilares essenciais: o ontológico, o epistemológico, o metodológico e o semântico. No entanto, embora os domínios frequentemente se apresentem como

entidades relativamente estáveis devido às suas estruturas organizacionais e intelectuais, essas características não são imutáveis. Os domínios estão em constante mudança, impulsionados pelas dinâmicas contextuais e pelos interesses de suas comunidades.

Logo, se analisarmos a comunidade da Arquivologia Crítica e observarmos que esta não apresenta esses elementos bem delineados, essa tendência pode ser considerada um domínio no sentido pleno atribuído pelos teóricos da CI e da OC? Buscaremos responder essa pergunta na seção seguinte.

4 DISCUSSÃO

Se partirmos da premissa de que todo domínio deve contar com uma estrutura coerente e estável, fundamentada em um conjunto de pilares derivados de um consenso intersubjetivo, a Arquivologia crítica dificilmente pode ser pensada como um domínio no sentido tradicional. Isso se deve ao fato de que os elementos fundamentais que definem um domínio não coincidem com as características intrínsecas dessa tendência, conforme explorado anteriormente.

Essa ideia se torna mais clara ao analisarmos os aspectos essenciais de qualquer domínio, começando pelos mais básicos: seu nome e sua definição.

Como afirma Tennis (2012), qualquer operacionalização de um domínio que mereça ser analisado exige elementos básicos que permitam sua identificação, sendo o primeiro deles o nome. No caso da Arquivologia Crítica, o nome não apresenta maiores dificuldades, já que as possíveis ramificações ou derivações semânticas mantêm um laço comum a partir da partícula "*critical*" (*critical archival studies*, *critical archival science* ou *critical archiving and recordkeeping*) o que evidencia certo acordo dentro da comunidade, pelo menos nesse aspecto.

O segundo elemento, a definição, é consideravelmente mais problemático já que na literatura da comunidade há uma disputa terminológica e conceitual em relação à Arquivologia crítica, situando-a em diversos planos intelectuais (campo, prática profissional, metodologia ou tendência, como neste trabalho). Devemos precisar que a divergência conceitual encontrada não apenas dificulta alcançar uma definição comum que unifique toda a comunidade sob um único marco, mas também complica a possibilidade de estabelecer acordos entre seus membros, problemática que evidencia as limitações para considerá-la um domínio clássico.

A partir dessa discussão, emerge uma segunda questão fundamental: existe uma base ontológica, epistemológica, metodológica e semântica clara na Arquivologia Crítica que nos permitiria defini-la como domínio? Para responder, tomam-se como referência as questões levantadas por Smiraglia (2015) sobre os aspectos essenciais dos domínios.

O grupo compartilha uma meta comum implícita ou explícita em sua base de conhecimento (ontologia)? Falar de uma base ontológica clara na comunidade arquivística crítica é complexo, embora tenha sido possível identificar alguns objetivos compartilhados – a análise, a emancipação e a transformação a partir de e para os arquivos –, a forma como eles são abordados pelos membros da comunidade é, por vezes, dissonante, já que os membros adotam um dos objetos e o analisam a partir de perspectivas que não permitem consenso, e vice-versa.

Essa fragmentação significativa em relação aos objetos levanta uma questão interessante: essa flexibilidade é uma força que possibilita a inclusão de múltiplas perspectivas ou é uma limitação que dificulta a consolidação do domínio?

Há um paradigma teórico em operação que agrupe um conjunto de hipóteses comuns (epistemologia)? Uma das características principais da Arquivologia Crítica é sua fluidez teórica e epistemológica, derivada da própria ideia da crítica, a qual permite diversos enfoques divergentes e, frequentemente, contraditórios entre si (como a pós-modernidade ou as propostas comunicativas de Jürgen Habermas). Portanto, não se pode falar em um paradigma teórico exclusivo, mas sim em uma pluralidade de enfoques que podem compartilhar hipóteses próximas, porém não comuns.

Há um consenso metodológico? A amplitude epistemológica dentro da comunidade arquivística crítica se reflete em uma considerável diversidade metodológica. De fato, os autores do texto seminal têm promovido essa amplitude como um eixo central da Arquivologia Crítica. No entanto, observa-se um consenso implícito em relação à preferência por metodologias qualitativas centradas na compreensão, mais do que na explicação. Essa abordagem metodológica, embora não exclusiva, parece alinhar-se com a segunda e terceira características da tendência: seu caráter analítico e transformador.

Por fim, cabe analisar se a Arquivologia Crítica compartilha uma semântica social, entendida como um conjunto de termos e significados compartilhados por sua comunidade. Embora seja evidente que existem termos comuns, como crítica, representatividade ou poder nos arquivos, suas definições nem sempre são consensuais. No entanto, dada a recente formação dessa tendência, sua semântica social ainda está em construção,

consolidando-se por meio de padrões semânticos que se difundem por meios acadêmicos, tanto formais quanto informais.

Este ponto nos leva a outra dimensão de análise: há uma organização institucional em torno da Arquivologia Crítica? Os trabalhos de Alencar, Tognoli e Cervantes (2023; 2024) exploraram essa questão em dois contextos específicos: o editorial, analisando revistas e séries especializadas em temas críticos, e o âmbito institucional, estudando o papel do Archival Education and Research Institute. Apesar desses esforços, não existe uma organização institucional clara dedicada exclusivamente ao progresso, à pesquisa e à evolução dessa tendência. Além disso, até o momento, não foram identificadas comunidades epistêmicas ou redes de pesquisadores com influência destacada nesse campo.

Com todos esses elementos, responde-se à questão levantada no início deste trabalho se a Arquivologia crítica pode ser considerada um domínio, tomando como base as ideias de Smiraglia (2012, 2015): a falta de estrutura e coesão tanto teórica quanto institucional, junto com seu dinamismo ontológico, epistemológico, metodológico e semântico ainda em evolução, somado aos esforços limitados de sua comunidade para definir seus limites e características intrínsecas, fazem com que a Arquivologia Crítica não possa ser considerada um domínio no sentido clássico.

No entanto, essa conclusão não diminui a relevância desta tendência. Ao contrário, reforça a necessidade de analisá-la como um domínio em construção, aberto à definição de seus próprios limites e estruturas. Isso exige considerar novas perspectivas que permitam abordá-la a partir da AD.

Nesse contexto, Tognoli (2024, p. 955) oferece uma conceituação promissora ao propor a Arquivologia Crítica como um domínio emergente, apontando que esse tipo de domínio no caso dos estudos críticos arquivísticos “se desenvolve a partir da interseção de disciplinas como a Arquivologia, a crítica cultural, os estudos sociais e políticos, a História, a Organização do Conhecimento, entre outros, diante de uma demanda social”.

A noção de domínio emergente não é exclusiva de Tognoli, mas segue as ideias de Barité (2020, p. 245, tradução nossa), que define os domínios emergentes como “aqueles de desenvolvimento recente (20 a 40 anos), que são consequência do vertiginoso processo de especialização e da interseção recíproca entre disciplinas e/ou campos temáticos”. Segundo Barité (2020, p. 245, tradução nossa), essas especializações, em suas primeiras décadas de existência, encontram-se em “plena fase de conformação e especificação”. Além disso, os domínios emergentes são reflexo da expansão dos estudos

interdisciplinares, do desenvolvimento tecnológico e da evolução do pensamento intelectual voltado para questões sociais e culturais derivadas do pós-guerra.

A definição de Barité (2020) sobre domínios emergentes, que propõe que todo domínio de desenvolvimento recente está em uma fase de conformação e especialização, é crucial para entendermos essa tendência. No entanto, alguns pontos dessa definição não se adaptam totalmente e geram algumas questões:

Em primeiro lugar, a temporalidade proposta pelo autor (20 a 40 anos) parece arbitrária, especialmente quando se consideram campos que surgiram em períodos mais recentes, como a Arquivologia Crítica, cujo desenvolvimento começou em 2010 e foi divulgada ao grande público em 2017. Isso levanta a necessidade de refletir se o marco temporal proposto é adequado para todas as disciplinas ou se requer ajustes conforme o contexto específico.

Em segundo lugar, Barité (2020) vincula o surgimento dos domínios emergentes a processos históricos derivados do pós-guerra. Aqui, cabe perguntar: esse período é o único que permitiria explicar o surgimento de domínios emergentes? Não seria mais útil pensar em domínios emergentes como fenômenos que respondem a contextos socioculturais específicos, em vez de vinculá-los exclusivamente a um momento histórico particular?

Por fim, as ideias do autor não determinam se há a necessidade de um consenso epistemológico ou ontológico. Caso afirmativo, campos/tendências/perspectivas heterogêneas sem coesão clara podem ser considerados um domínio? Essa questão leva a uma segunda: qual grau de consenso seria necessário para considerá-lo um domínio emergente? Em especial considerando que, ao menos em nossa área de interesse, as perspectivas e abordagens são muito variadas e pouco mapeadas.

Com o que foi exposto, pode-se argumentar que a Arquivologia crítica não se encaixa completamente nas ideias tratadas até agora sobre domínio emergente e requer um quadro mais flexível que permita sua caracterização sob esse termo. Por isso, neste trabalho, e seguindo as ideias de Barité (2020) e Tognoli (2024), propõe-se que os domínios emergentes são um tipo de domínio em plena conformação e especificação, derivados de contextos socioculturais próximos cronologicamente ao presente, os quais apresentam:

- a) uma heterogeneidade conceitual e epistemológica, caracterizada por debates e negociações em andamento;
- b) uma falta de estruturas organizativas definidas, mas com indícios de organização tanto institucional quanto intelectual; e

- c) um potencial de desenvolvimento e maturação à medida que mais pesquisadores, instituições e produtos de conhecimento se somam.

Quando, por meio da análise, for identificado um acordo intersubjetivo na comunidade quanto a temáticas, percepções, instituições, metodologias, objetos e outras características, será possível falar, com propriedade, em um domínio.

5 CONCLUSÃO

Após a análise teórica do papel da Arquivologia Crítica como uma tendência emergente e dos domínios como construções sociais, podemos afirmar, pelo menos neste estudo de caso específico, que as ideias clássicas de domínio não são suficientes para abarcar comunidades emergentes como a Arquivologia Crítica.

Essa ideia pode ser melhor compreendida a partir das limitações do conceito de domínio ao estudar comunidades que não atendem aos requisitos de estabilidade e consenso tradicionalmente exigidos para sua análise. Se retomarmos a ideia de Smiraglia (2015), segundo a qual, ao analisar uma comunidade e não encontrar consensos, não se pode falar em domínio, isso implica a impossibilidade da própria AD em lidar com fenômenos e comunidades de surgimento recente que, mesmo sem um nível fixo de consolidação, impactaram profundamente seus campos, como é o caso da Arquivologia Crítica.

Diante disso, faz-se necessário o desenvolvimento de novos critérios ou abordagens para trabalhar com domínios em formação, sem exigir deles um nível de consolidação que ainda não alcançaram. Em vez disso, devem ser propostas características e abordagens mais flexíveis e dinâmicas, como a ideia de domínio emergente, que permitem enxergar na heterogeneidade uma força teórica e metodológica. Isso possibilita a inclusão de diferentes perspectivas e enfoques, no sentido atribuído por Hjørland (2002), permitindo que esses domínios emergentes sejam vistos como espaços de debate e negociação em processo de evolução.

Nesse sentido, a AD não deve ser apenas percebida como uma metodologia destinada a desmembrar os domínios existentes, mas deve adquirir um papel mais ativo e construtivo diante dos domínios emergentes, ou seja, deve se concentrar em conhecer, delimitar e descobrir as configurações epistemológicas desses domínios em formação. Isso inclui analisar, por um lado, a estrutura externa (processos sociais, estruturas organizativas,

comunidades epistêmicas, entre outras) e as estruturas internas (temáticas predominantes, teorias influentes, discursos em desenvolvimento) que conformariam sua identidade.

Seguindo as palavras de Albrechtsen (2015), a AD não deveria se limitar a descrever a realidade, mas envolver-se ativamente em sua criação: “Os domínios não são terrenos lá fora, à espera de serem descritos e analisados pelos poucos iniciados. Fundamentalmente, todos nós podemos criá-los” (Albrechtsen, 2015, p. 561, tradução nossa). Isso implica que a AD não apenas observa e registra, mas também deve permitir mapear possíveis áreas de consenso e fragmentação, entender processos de consolidação e, em última instância, contribuir para a caracterização de domínios em plena formação.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, Hanne. This is not domain analysis. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 42, n. 8, p. 557-561, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5771/0943-7444-2015-8-557>. Acesso em: 27 jul. 2025.

ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Discourse communities on archival education and research: a domain analysis of the Archival Education and Research Initiative – AERI (2008-2021). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1808-5245.30.137375A>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, Dossiê Especial, p. 1–26, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e92661>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BARITÉ, Mario. Terminología de urgencia y garantías para la representación temática: elementos para el análisis de dominios de emergencia súbita (DES). **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 239-265, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p239>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BOTNICK, Julie. Archivists as Amici Curiae: activating Critical Archival Theory to confront racialized surveillance. **Journal of Radical Librarianship**, [s. l.], v. 5, p. 153–172, 2019. Disponível em: <https://journal.radicalibrarianship.org/index.php/journal/article/view/35>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CASWELL, Michelle. **Urgent archives**: enacting liberatory memory work. New York: Routledge, 2021.

CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, T-Kay. Critical archival studies: an introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i2.50>. Acesso em: 15 jun. 2025.



CIFOR, Marika. Interview with Marika Cifor. Entrevistadores: Carolina Alves, Martina Spohr. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 79, p. 129–140, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-149420230208>. Acesso em: 29 jun. 2025.

COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, [s. l.], v. 51, p. 14–35, 2001. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12792>. Acesso em: 10 jul. 2025.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science**, [s. l.], v. 2, p. 171-185, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/BF02435620>. Acesso em: 09 jul. 2025.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The Concepts of domain, discourse community and epistemic community: affinities and specificities. **Brazilian Journal of Information Science**, [s. l.], v. 16, e02138, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36311/1981-1640.2022.v16.e02138>. Acesso em: 17 jul. 2025.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [s. l.], v. 9, p. 71–86, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. **Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos**: uma aplicação no campo dos Estudos Métricos da Informação no Brasil. Marília: Oficina Universitária, 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise de domínio como perspectiva teórico-metodológica uma análise dos aspectos teóricos na literatura internacional na organização do conhecimento. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 644–677, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rici.v17.n3.2024.53674>. Acesso em: 13 jul. 2025.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 13–21, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18225/ci.inf.v43i1.1415>. Acesso em: 13 jul. 2025.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 42, n. 8, p. 562-569, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5771/0943-7444-2015-8-562>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GUSTAVSON, Andi; NUNES, Charlotte. Introduction. In: GUSTAVSON, A.; NUNES, C. (ed.). **Transforming the authority of the archive**: undergraduate pedagogy and critical digital archives. Mountain View: Lever Press, 2023. p. 1–20.

HJØRLAND, Birger. Análise de domínio. Tradução, adaptação e revisão: Thiago Henrique Bragato Barros. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1808-5245.30.140568>. Acesso em: 13 jul. 2025.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 58, n.4, p. 422–462, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/00220410210431136>. Acesso em: 12 jul. 2025.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for information science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 17-21, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1002/bult.312>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6<400::AID-ASI2>3.0.CO;2-Y](http://dx.doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASI2>3.0.CO;2-Y). Acesso em: 07 jul. 2025.

HOYLE, Victoria. **The remaking of archival values**. 1st ed. New York: Routledge, 2023.

SALERNO, Daniele. An instituting archive for memory activism: the archivo de la memoria trans de Argentina. **Memory Studies**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 332–348, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/17506980221150900>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SMIRAGLIA, Richard P. Epistemology of domain analysis. In: SMIRAGLIA, R.P.; LEE, H.-L. (ed.). **Cultural frames of knowledge**. Würzburg: Ergon, 2012. p. 111-124.

SMIRAGLIA, Richard P. **Domain Analysis for Knowledge Organization**. Oxford: Chandos Publishing, 2015.

TENNIS, Joseph T. What does a domain analysis look like in form, function, and genre? **Brazilian Journal of Information Science**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 3–14, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36311/1981-1640.2012.v6n1.02.p3>. Acesso em: 21 jul. 2025.

TOGNOLI, Natália. Estudos arquivísticos críticos: caracterização inicial de um domínio emergente na práxis arquivística. In: SILVA, C.; REVEZ, J.; CORUJO, L. (org.). **Diálogos na Ciência da Informação**: atas do XIV Encontro EDICIC. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024. p. 951–956.

ZINN, Howard. Secrecy, archives and the public interest. **The Midwestern Archivist**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 14–26, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41101382>. Acesso em: 07 jul. 2025.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. Berbesi, N. Tognoli

Coleta de Dados: A. Berbesi

Análise de dados: A. Berbesi

Discussão dos resultados: A. Berbesi, N. Tognoli

Revisão e Aprovação: A. Berbesi, N. Tognoli

ORIGEM DA PESQUISA

O presente trabalho é fruto de dois projetos de pesquisa em andamento. O primeiro, intitula-se Configuração



epistemológica da Arquivologia Crítica: uma Análise de domínio bibliométrica e discursiva, dissertação do Mestrando Anderson Berbesi, orientada pela Prof. Dra. Natália Tognoli, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. O segundo projeto intitula-se Estudos Arquivísticos Críticos: análise de um domínio emergente na práxis arquivística, coordenado pela Profa. Dra. Natália Tognoli, no âmbito da bolsa de produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

PREPRINTS

(X) O manuscrito não é um *preprint*.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pesquisadores Thiago Henrique Bragato Barros e Birger Hjørland pela leitura e sugestões no texto final.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

CONFLITO DE INTERESSES

(X) As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

(X) **Os dados foram publicados no próprio artigo.** Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está incluído no corpo do artigo.

ANUÊNCIA DE AVALIAÇÃO ABERTA

(X) Deseja interagir diretamente com o avaliador caso este também concorde, durante o processo de avaliação do manuscrito?

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à *Revista Encontros Bibli* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em *site* pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Camila de Azevedo Gibbon, Gilmar Gomes de Barros, José Paulo Speck Pereira, Daniela Capri.

HISTÓRICO

Recebido em: 19-09-2025

Aprovado em: 13-03-2026

Publicado em: 30-04-2026

Copyright (c) 2026 Anderson Berbesi, Natália Tognoli. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

